

## A AUSÊNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: UM ENQUADRE NO PAPEL DO ESTUDANTE

*Juci Barros de Oliveira Cardoso*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Ester Maria de Figueiredo Souza*

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**Resumo:** Este artigo, no bojo das problematizações advindas com a Pandemia da COVID-19 para o cenário da educação, propõe-se a abordar a ausência dos impactos do espaço escolar na garantia da aprendizagem e consequente formação humana dos estudantes. Assim, delimita-se o debate no enquadre discente e na adoção de metodologias de ensino remoto utilizadas para a manutenção do direito à aprendizagem. O estudo referencia-se na pedagogia emancipatória proposta por Freire (2005), atualizando reflexões em Souza e Ferreira (2021), na sua abordagem do direito à matrícula escolar no cenário da Pandemia da COVID-19; enquanto expõe, como possibilidades de acolhimento, o reconhecimento dos ritmos de aprendizagem do estudante, por parte do professor, para insistir uma prática humanizada, mesmo na ausência do espaço físico escolar. Exemplifica-se essa problematização no Projeto PROEI – Programa de Educação Integral, proposta para o Ensino Médio, para unidades escolares estaduais da Bahia. Indica-se o reconhecimento desse Projeto como possibilitador da importância social e institucional da escola na formação plena dos cidadãos.

**Palavras-chave:** COVID-19. Educação. Formação Humana.

*A Educação é uma prática social que visa ao desenvolvimento do ser humano, de suas potencialidades, habilidades e competências. A educação, portanto, não se restringe à escola.*  
(TORRICO, 2019)

### Introdução

Este artigo apresenta reflexões sobre a integralidade da formação humana do estudante em tempo de pandemia da Covid-19 no Brasil. Os conceitos que refletem a individualidade e a formação humana do estudante sempre foram motivos de inquietação, e depara-se com a carência de tal prática no ambiente escolar agravada pela complexidade sanitária desse período.

Hoje, a realidade educacional nacional, em virtude da pandemia do Covid-19, discute a metodologia de ensino que deveria se adequar à utilização das tecnologias informacionais, com a adesão ao ensino remoto em virtude do distanciamento social. Com isso, quase a totalidade dos educadores, atualmente, tem migrado para tal modalidade, participando de aulas síncronas e assíncronas, enviando conteúdos digitais para seus alunos estudarem de

casa. O que denominamos como ensino remoto que não se configura em uma educação a distância, pois

[...] essa requer uma configuração que requer um *design* de aprendizagem que favoreça a interação online de construção de conhecimento escolar e aprendizagem, bem como de registro dos conteúdos, tarefas e monitoramento pelo docente, além de, em alguns formatos, a ocorrência de encontros presenciais em polos de apoio. (SOUZA; FERREIRA, 2021, p. 8).

Porém, a integração dessas tecnologias à educação, que já vem acontecendo há algum tempo no mundo, encontra obstáculos tanto pela atuação de seus agentes, quanto diante da insuficiência de recursos para esse fim. Assim, o que deveria contribuir para facilitar o ambiente pedagógico criou barreiras ainda mais prejudiciais ao processo do ensino-aprendizagem.

Embora o objetivo dos professores seja ensinar os estudantes a alcançarem seu maior nível intelectual por meio do conteúdo digital, essa metodologia tem distanciado as pessoas, e reflete na relação professor-aluno/aluno/professor, limitando as oportunidades dos agrupamentos heterogêneos e da colaboração na execução de atividades cruzadas. Proporciona-se então uma pedagogia desumanizada.

Para que isso não aconteça e consiga trazer um ensino remoto humanizado mais próximo do presencial, e que nem sempre é humanizado também, sugere-se discorrer sobre uma prática de ensino mais aprofundada. Considera-se um aqui o reconhecimento de fatores que podem inibir a promoção da individualidade sem a geração de oportunidades de diálogo e discurso, ou oportunizando a autorreflexão.

## **A integralidade na formação humana do estudante**

A curiosidade é a principal motivação na busca de novos conhecimentos, e somos seres curiosos naturalmente, experimentamos viver cotidianamente da melhor maneira possível. Porém, nem sempre essa é uma realidade possível, pois existem condições políticas e culturais que impedem ou retardam esse processo. Um espaço para exercitar a curiosidade e interagir criticamente na sociedade é a escola, quando aos estudantes é possibilitado refletir sobre a consciência histórica, independentemente da cultura, etnia ou origem, e gerir a capacidade de se localizarem no tempo e no espaço, e de fazer planos para o futuro – o que se

entende formação humana integral. Assim, a escola deverá ser o lugar onde o estudante encontrará os meios de preparação para realização de seus projetos de vida e com uma condição necessária tanto na formação intelectual quanto moral do estudante. Segundo Grispino (2006, on-line),

a escola, em sua função social, tem um olhar constante voltado à sociedade, conectando seu saber com a prática cotidiana do aluno, preparando-o para o exercício profissional. A experiência de vivenciar as situações de aprendizagem ensina o convívio em grupo, indispensável para a vida e o trabalho.

O problema na escola está na falta de referencial cidadão de seus interlocutores, que agem de maneira incoerente com a função esperada nesse lugar, portanto, não participantes efetivos da sociedade. Como diz a filósofa Viviane Mosé (2013), a escola não está preparando o ser humano para a sociedade e para os seus desafios. Somos imaturos sociais. A escola não está preparada para o afeto e ainda precisa de uma evolução para tratar de assuntos desagradáveis emocionalmente. Ela é racional e, muitas vezes, o que seria para preparar, desprepara o estudante. Por fim, a escola precisa de uma mudança conceitual, reaprender a ver, ouvir e pensar, para que o direito à educação seja suportando conforme nos diz Arroyo (2004, p. 12):

[...] como direito à formação e ao desenvolvimento humano, como humanização com processo da apropriação das criações, saberes, conhecimentos, sistemas de símbolos, ciências, artes, memória, identidades, valores, culturas resultantes do desenvolvimento da humanidade em todos os seus aspectos.

Percebe-se que a sociedade tem despertado para uma educação mais humanizada, embora ainda atue com uma prática incoerente compreendida por diferentes fatores, entre os quais destaca-se o foco nas provas externas. Diante da responsabilidade social que é o “fazer educação”, o que se percebe é justamente uma educação desumanizada, na qual uma série de fatores, como uma grade curricular engessada, práticas pedagógicas tradicionais e a não valorização do estudante enquanto um ser crítico – apenas visto como um receptor de informações, têm contribuído tal desmonte.

Paulo Freire (2005) afirma que educar sempre será uma relação de gente com gente, de adultos com crianças, e que o caráter renovador da educação está no caráter intrinsecamente renovado de toda a relação humana, pautada no diálogo e na interação com outros humanos,

não apenas na aquisição de conhecimentos. Ou seja, a relação entre o estudante e a escola necessita de apoio mútuo entre seus anseios e compartilhamento de experiências.

Entende-se que a educação é pauta constante e pertinente no cotidiano daqueles que se envolvem direta ou indiretamente na sua efetivação, isso porque ela repercute diante da presença ou ausência na vida das pessoas. Afinal, o que é Educação? Para Durkheim (2011, p. 43) ela é o “conjunto das influências que a natureza ou os outros homens podem exercer sobre a nossa inteligência ou vontade”. Isso porque a concepção de educação está atrelada à preparação das gerações atuais para a vida social realizada pelas gerações anteriores, pois espera-se nela a transformação do ser individual em ser social.

Ainda segundo Durkheim (2011, p. 53-54), “a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social”, e nela consiste em uma socialização metódica da jovem geração. Mas a sociedade só poderá viver caso exista entre seus membros uma suficiente homogeneidade. Então ela, a Educação, perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando antecipadamente na alma da criança as alianças fundamentais exigidas pela vida coletiva.

Compreende-se, desse modo, que o afeto contribui para a socialização do indivíduo, no entanto a relação professor/estudante a ser conduzida pela afetividade, que deveria tornar-se um elemento positivo de equilíbrio das emoções e, conseqüentemente, a pessoa mais segura e mais motivada para o aprendizado e autovalorização, não é uma condição desejada. Contrário disso, o sentimento que envolve o ensinar é preterido, e deixa de contribuir para a formação da pessoa enquanto cidadão, autocrítico, pensante e protagonista social.

Uma maneira de refletir sobre a Educação está constituída na Pedagogia, uma teoria prática que dita as normas para se fazer viver o ambiente de ensino-aprendizagem. Ela “[...] reflete sobre eles [os sistemas de educação] no intuito de fornecer à atividade do educador ideias que o dirigem.” (DURKHEIM, 2011, p. 86). Isso significa que podemos considerar de muita valia a importância da Pedagogia, que é responsável pela diminuição da disparidade e por “restabelecer a harmonia entre um sistema escolar e as necessidades da época” (DURKHEIM, 2011, p. 89).

Nas primeiras décadas do século XX, a educação brasileira foi marcada pela ideia da “Escola Nova”, um modelo escolar que veio para renovar o ensino e influenciar positivamente nas transformações políticas, econômicas e sociais. Um movimento que se dizia ser democrático, no que Saviani (1999, p. 59) afirma:

[...] sabemos com certa tranquilidade, já a quem serviu essa democracia e quem se beneficiou dela, quem vivenciou esses procedimentos democráticos no interior das escolas novas. Não foi o povo, não foram os operários, não foram os proletariados. Essas experiências ficaram restritas a pequenos grupos, e nesse sentido elas se constituíram, via de regra, em privilégios para os já privilegiados, legitimando as diferenças.

Durante o desenvolvimento da industrialização brasileira, nasce a “Escola de Massa” diante da necessidade de uma mão de obra minimamente alfabetizada. Entretanto, o que se percebeu foi uma escola em “formato” de fábrica, cuja educação era transmitida em massa, como numa linha de montagem, com diversas disciplinas diferentes e um currículo extenso, e ainda é uma realidade praticada atualmente. Com isso, segundo Saviani (2008), há uma sobrecarga de conteúdo, que tende a desmotivar os alunos, considerando que muitos deles são desnecessários.

A escola perdeu a noção de conjunto e de unidade, de participação e de relacionamento. Tanto que existe um questionamento muito provocador em relação ao ambiente escolar: ele é feito para que o estudante não se torne um marginal ou é o lugar de desenvolver o pensamento e o senso crítico? Logo, percebe-se que o aluno tem passado cada vez mais tempo na escola, a partir da ampliação de sua carga horária e vendo a escola como uma espécie de punição, pautada em uma hierarquia de obediência plena.

A Base Nacional Curricular Comum – BNCC – (BRASIL, 2018) considera que há muitas juventudes implica organizar uma escola que acolha as diversidades, promovendo, de modo intencional e permanente, o respeito à pessoa humana e aos seus direitos. E mais, que garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem. Significa, nesse sentido, assegurar-lhes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, permita-lhes definir seu projeto de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilos de vida saudáveis, sustentáveis e éticos e salienta que para a garantia da formação de sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis,

[...] cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. O mundo deve lhes ser apresentado como campo aberto para investigação e intervenção quanto a seus aspectos políticos, sociais, produtivos, ambientais

e culturais, de modo que se sintam estimulados a equacionar e resolver questões legadas pelas gerações anteriores – e que se refletem nos contextos atuais –, abrindo-se criativamente para o novo (BRASIL, 2018, p. 463).

Para orientar essa atuação, torna-se imprescindível (re)contextualizar as finalidades do Ensino Médio, estabelecidas pelo Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – há mais de vinte anos, que afirma:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, p. 12).

Em seu artigo “A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação”, Severino (2006) faz uma reflexão sobre a educação entendida como processo de formação humana, procurando sentido na filosofia ao longo da história, como também na contemporaneidade, colocando em discussão as relações entre as diversas dimensões de educabilidade humana. Sob essa óptica, podemos afirmar que a educação tem uma finalidade intrínseca de cunho mais antropológico do que político ou ético. E completa: “na cultura ocidental, a educação foi sempre interpretada como processo de formação humana. [...] se resume nessa lógica, como devir humanizador mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa” (SEVERINO, 2006, p. 621).

Acredita-se então que a educação não é apenas um processo institucional e instrucional, mas um investimento formativo do humano, seja em uma relação pedagógica, pessoal ou coletiva. Por isso, a interação docente é considerada mediação universal e insubstituível dessa formação, tendo-se em vista a condição de educabilidade do homem, assim como discute Severino (2006).

Portanto, refletir sobre de que forma a educação, na qualidade do processo de formação humana, foi concebida, buscando ver quais os sentidos que essa formação recebeu ao longo de nossa tradição filosófica, é pertinente. Uma vez que ocorreram mudanças nas concepções que os homens fizeram do ideal de sua humanização e quais as mudanças na atualidade e o que precisa ser melhorado.

## **O Programa de Educação Integral (PROEI): uma proposta pedagógica em tempo integral**

O PROEI (Programa de Educação Integral) é um segmento de ensino que procura a integralização do estudante, bem como uma modalidade de ensino de tempo integral; é uma proposta que procura garantir o direito à educação e ao aprender das crianças, dos adolescentes e dos jovens, ressignificando a importância social e institucional da escola na formação plena dos cidadãos. Seu principal objetivo é contribuir para a formação do sujeito na sua integralidade e para sua emancipação humana e social.

Além de promover reflexões sobre vários aspectos que caracterizam o cenário da educação na Bahia, este Programa sistematiza ideias, concepções e perspectivas acerca da Educação Integral, além de constituir um documento-referência que estabelece marcos legais, diretrizes curriculares, pressupostos pedagógicos e princípios operacionais para o desenvolvimento do Programa da Educação Integral da Secretaria da Educação nas escolas da rede estadual, tendo como horizonte os sujeitos sociais que compõe o sistema público de ensino. Ela parte de um pressuposto fundamental no qual todo cidadão é capaz de aprender, ao longo da vida, independente do lugar e das pessoas. Sua filosofia compreende que educar é garantir o desenvolvimento de todas as pessoas, tanto no âmbito intelectual quanto físico, afetivo e social, ratificando a pedagogia humanizada.

Entende-se que o ambiente escolar tradicional, apenas acadêmico, não atende mais os anseios dos estudantes na contemporaneidade. E essa nova modalidade de ensino, da pedagogia humanizada, promove uma adequação no processo que se insere a educação, onde prevalece o coletivo e a integralidade. Percebe-se, também, uma proposta que valoriza um ensino-aprendizagem individualizado, respeita as peculiaridades de cada estudante enquanto se constrói o pilar do processo educativo.

De acordo o Documento de Educação Integral (MOLL, 2009) acredita-se que a modalidade de ensino integral, parte do pressuposto da valorização do estudante como ser social e protagonista de sua história. Valoriza o estudante como ser crítico e “leitor de mundo”, mediante os princípios éticos e morais com a perspectiva de formar cidadãos para posteriormente ingressarem no mercado de trabalho. No entanto, as críticas são constantes pela falta de uma mudança de postura nas escolas, principalmente as práticas pedagógicas, cujo principal objetivo era a informação, sem preocupar-se com o senso crítico do estudante.

Dada a natureza dinâmica e democrática da práxis educativa, o PROEI também se constitui como um plano aberto e fomentador do debate acerca da Educação Integral, sinalizando como necessária participação ativa dos estudantes, dos professores e da comunidade baiana em geral nessa construção. Várias são as peculiaridades deste Projeto, a começar, pelo tempo de permanência do aluno na escola, onde ele está amparado de três refeições, com uma carga horária de 9h/aula e disciplinas da parte diversificada como Projeto de Vida e as Práticas Integradoras.

O Projeto de Vida é uma das disciplinas base de tal programa. Ela está relacionada com a capacidade dos alunos refletirem sobre desejos e objetivos não apenas para o futuro, mas também para agora. Isso inclui planejar o que farão a cada ano e etapa de ensino, aprendendo a se organizar, estabelecer metas e definir estratégias para atingi-las. E as Práticas Integradoras são assim denominadas porque mobilizam a integração entre sujeitos, saberes e instituições. Elas podem ocorrer em diversos níveis e envolvendo uma diversidade de elementos, de forma a propiciar a existência de uma rede de relações de saberes. Ambas as disciplinas com a mesma finalidade, de proporcionar ao aluno uma formação mais humanizada, o aperfeiçoando para o amadurecimento pessoal, cultural e profissional, na formação de estudantes politizados e protagonista social.

Por fim, o PROEI objetiva a promoção de uma educação de qualidade, compreendendo a ampliação do tempo de permanência do estudante na escola, além de motivar a expansão de espaços e oportunidades educacionais, por intermédio de realização de projetos e atividades que favoreçam a aprendizagem e a formação humana.

Nesse viés, Moll (2009, p. 27-28) afirma que:

Instituir o debate para construir uma proposta de Educação Integral, representa o convite para a criação de estratégias que assegurem, às crianças, aos adolescentes e aos jovens, o acesso aos veículos de comunicação, o domínio de diferentes linguagens, a prática da leitura, a crítica e, principalmente, a produção de comunicação como instrumento de participação democrática.

A autora ainda evidencia que:

O debate acerca da Educação Integral requer o alargamento da visão sobre a instituição escolar, de tal modo que a abertura para o diálogo possa ser também expressão do reconhecimento de que a escola compõe uma rede de espaços sociais (institucionais e não institucionais) que constrói



comportamentos, juízos de valor, saberes e formas de ser e estar no mundo. (MOLL, 2009, p. 139).

Dessarte, o que se tem percebido, com essa modalidade de ensino no período de aula presencial, é a possibilidade de garantir que o aluno ficar condicionado dentro da escola por pelo menos nove horas. E no qual se garantiriam as três refeições e o distanciamento de uma vulnerabilidade social, além do conhecimento e da socialização. Sendo assim, três características importantes definem a Educação Integral:

- possui uma proposta de educação CONTEMPORÂNEA, pois surgiu no século XXI;
- promove a EQUIDADE, porque acredita que todos tem direitos iguais ao acesso à educação; e
- reconhece as peculiaridades de cada estudante, portanto é INCLUSIVA.

Para Jaqueline Moll (2012), as escolas devem ser coautoras das políticas educacionais, trazendo o repertório, as características e as necessidades dos sujeitos e de seus territórios para o centro do projeto pedagógico. A autora ainda completa afirmando que se trata, verdadeiramente, de uma mudança de paradigma, ou seja, de uma nova forma de pensar nossas relações sociais, incluindo a valorização dos saberes comunitários no currículo e uma efetiva ação intersetorial para garantir os direitos sociais dos indivíduos.

### **A pandemia da Covid-19 reivindica uma pedagogia humanizada.**

No início de 2020, o mundo se deparou com a pandemia do COVID-19. Em março do mesmo ano, uma crise sanitária acometeu o Brasil, que refletiu nos mais diversos segmentos. Foi notória a crise na educação, e o país teve que se adaptar a um isolamento social, as escolas foram fechadas e tiveram que se preparar de forma brusca para o ensino remoto. Uma mudança repentina e forçada, onde nem todos conseguiram acompanhar.

Esta educação de forma remota, hoje, é uma realidade no território nacional brasileiro. Uma modalidade de ensino que, infelizmente, surpreendeu e mostrou o despreparo, principalmente no que se refere à escola pública. Na prática, o ensino remoto é executado pelo professor que ministra aulas, sejam elas ao vivo ou gravadas, por meio da videoconferência ou de um recurso similar. A carga horária é a mesma das aulas presenciais, mantendo a frequência e uma perspectiva de transferir a aula presencial para a aula virtual e manter semelhante interação nesse ambiente virtual. Nem todas as escolas estavam preparadas para

essa mudança, nem mesmos havia recursos disponíveis para os estudantes. Há escolas que passaram o ano de 2020 sem aula, para só hoje conseguirem se adequar à nova realidade, e ainda se deparam com dificuldades, tanto pelos recursos quanto pelo material humano.

Paiva (2020, p. 62) configura o

Ensino Remoto Emergencial (ERE) como uma mudança temporária da entrega de instruções para um modo de entrega alternativo devido a circunstâncias de crise. Para eles, esse tipo de abordagem envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para a instrução ou a educação que, de outra forma, seriam ministradas presencialmente ou como cursos combinados ou híbridos, e que retornarão a esse formato assim que a crise ou emergência tiver diminuído.

Em seu livro *Escola e Democracia*, Dermeval Saviani (2008) nos apresenta duas teorias consideráveis em relação ao processo de marginalidade com a educação. A primeira delas, diz que a educação é um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade; na segunda, entende-a como um instrumento de discriminação social, tal qual um fator de marginalização. Ou seja, “constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no meio social” (SAVIANI, 2008, p. 4). O que ratifica uma educação desigual, como uma discriminação social, onde nem todos têm o mesmo acesso.

A realidade da educação brasileira é de uma grande parte de professores sem habilidades para ministrar aulas de forma remota. Os docentes foram preparados por academias para atuarem em aulas presenciais, realidade bem distante da exigida atualmente. Além disso, não existe, ou é insuficiente, a formação continuada. Conclui-se que mesmo a nova geração sai das licenciaturas com semelhantes deficiências pedagógicas, sem atender a necessidade de seus estudantes, administrando um sistema de ensino defasado.

Enquanto os professores se preocuparem mais com o conhecimento, mais abstrata ficará a compreensão de que o estudante é um cidadão, constituído de deveres e direitos sociais. A prática pedagógica tem mostrado uma maior preocupação com a ideia e não com a vida, sempre atrelada ao conhecimento curricular, que privilegia o acúmulo de conteúdos e isolada da sociedade – essa passividade tem preparado o brasileiro que somos hoje. E ainda surge mais uma preocupação, que é a de acompanhar a mudança tecnológica. A maioria dos professores se depara com a dificuldade de ministrarem suas aulas de forma virtual e, também, do cumprimento da carga horária e da proposta da integralidade, tanto para o corpo

docente quanto para o discente. O que se espera, conseqüentemente, é um desgaste físico, mental e emocional desses professores e estudantes. Assim, reafirmamos como Arroyo (2004, p. 38), nossa compreensão de que:

[...] guiados pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos levados a construir novas formas de ordenamento dos conteúdos que garantam não apenas o direito igual de todos ao conhecimento, à cultura, aos valores, à memória e à identidade na diversidade, mas que garantam a igualdade de todo conhecimento, cultura, valores, memórias e identidades sem hierarquias, segmentações e silenciamentos. [...]. Ainda, guiados pelo imperativo ético do respeito aos educandos, como sujeitos iguais de direitos, seremos obrigados a reconhecer que o direito à educação, ao conhecimento, à cultura e à formação de identidades não se dá isolado do reconhecimento e da garantia do conjunto dos direitos humanos.

Em contrapartida, vem a falta de interesse de uma grande parte dos estudantes, que muitas vezes não contribuem para o bom desempenho da aula. O que torna preocupante a possibilidade de existir uma interação professor-aluno, a realização de uma pedagogia mais humanizada. Pedagogia essa que é defendida pelo próprio Programa de Educação Integral, com disciplinas como “Projeto de Vida”, que tem como objetivo iniciar o estudante em um processo de autoconhecimento, identificação dos desejos, desenvolvimento das potencialidades e revisão de seus valores.

O desafio da escola é grande e inúmeras são as informações, a quantidade de conteúdos fragmentados nas disciplinas que não se conversam e que nem sempre valorizam a qualidade. Quando o professor ensina, ele tem o poder hierárquico, que pode atrapalhar a relação do conhecimento, um abismo entre professor e aluno. Freire (2005) apresenta a Pedagogia do Homem e acredita que somente nela se anima de generosidade autêntica, humanista e não humanitarista para alcançar o objetivo de uma educação integral, voltada para a vida e pela vida.

Vale salientar, que quando se faz a crítica a uma realidade escolar conteudista, atrelado a um currículo tradicional e distribuídos em disciplinas não se opõe àquilo que hoje é defendido pela BNCC, nas distintas áreas do conhecimento, porque implica no fortalecimento da contextualização e adequação à realidade estudantil. Ainda são os mesmos professores sem a atenção necessária para realizar as mudanças de paradigmas.

Identificam-se escolas que têm mostrado essa preocupação, mesmo que de forma remota, para trabalhar com o estudante de forma afetuosa, haja vista que estamos em um

momento no qual a necessidade de um acolhimento é imprescindível. E no que cerne aos conteúdos a escola tem procurado trabalhar a integralidade de forma *on-line*, ou com as aulas gravadas, de maneira síncrona e assíncrona. Mas ainda depara com uma dificuldade de interpor as barreiras de uma educação conteudista.

Portanto, acredita-se que a nova modalidade de ensino médio, inserida na proposta de PROEI, parte do pressuposto da valorização do estudante como ser social e protagonista de sua história. Valoriza o estudante como ser crítico e “leitor de mundo”, mediante os princípios éticos e morais com a perspectiva de formar cidadãos para posteriormente ingressarem no mercado de trabalho. Porém, no cenário atual, o desafio em trabalhar a integralidade na formação humana do estudante, em tempo de pandemia, de forma remota e sem a acessibilidade a todos, é desafiada pela preparação anterior à sala de aula, talvez no planejamento, talvez na disposição do professor, ou quem sabe no sistema educacional.

### **Considerações finais**

Estudantes são sujeitos de direitos e, como tal, a matrícula é o seu registro e passaporte que garantirá a escolaridade. Para resguardar esse direito, a única forma de oferta da educação escolar, no cenário da pandemia da COVID-19, é o ensino remoto emergencial e as metodologias mediadas por tecnologias. Nessa complexidade, enquanto educadores e educadoras, não podemos prescindir de recuperar princípios de uma pedagogia humanizadora para acolher e favorecer os vínculos deste sujeito social com a escola. Percebida como uma instituição social que é dependente de um contexto pedagógico de aprendizagem e que se configura para além dos conteúdos disciplinares, ela é um espaço de formação humana. Por isso se faz necessária que essa compreensão e representação social permaneça no período pandêmico, para facultar aprendizagens e reconhecimento do valor social.

Verdadeiramente a escola na pandemia não vive, exclusivamente, uma crise sanitária, mas uma crise política e social, porque são enfrentadas as condições de acesso e de inclusão sociodigital. As desigualdades da sociedade, que já existiam, se avolumaram e foram expostas com maior intensidade nas instituições de ensino. Assim, garantir o direito à educação na pandemia passa por reconhecer, nesse cenário de negação de direitos sociais, que a ausência da escola, como instituição formadora e educativa, é uma catástrofe para a sociedade brasileira e, por tudo isso, os educadores e educadoras reivindicam condições para a formação docente e de acessibilidade a fim de continuar o trabalho pedagógico.

## Referências

ARROYO, Miguel González. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 24 out. 2020.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Versão final**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. Tradução de Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Textos Fundantes de Educação).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRISPINO, Izabel Sadalla. Função social da escola. **Izabel Sadalla Grispino**, [s. l.], fev. 2006. Disponível em: [http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?view=article&id=1226&utm\\_source=emails&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=10dezembro](http://www.izabelsadallagrispino.com.br/index.php?view=article&id=1226&utm_source=emails&utm_medium=email&utm_campaign=10dezembro). Acesso em: 10 out. 2020.

MOLL, Jaqueline (org.). **Educação integral: texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/Secad, 2009. (Série Mais Educação). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal\\_educ\\_integral.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cadfinal_educ_integral.pdf). Acesso em: 15 fev. 2021.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira. Ensino remoto ou ensino a distância efeitos da pandemia. **Estudos Universitários: revista de cultura**, Recife, v. 37, n. 1-2, p. 58-70, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/estudosuniversitarios/article/view/249044#:~:text=Este%20>

texto discute os efeitos, que seja presencial. Acesso: 30 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação e política. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SEVERINO, Antônio José. A busca do sentido da formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 619-634, set./dez. 2006.

Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/250988165\\_A\\_busca\\_do\\_sentido\\_da\\_formacao\\_humana\\_tarefa\\_da\\_Filosofia\\_da\\_Educacao](https://www.researchgate.net/publication/250988165_A_busca_do_sentido_da_formacao_humana_tarefa_da_Filosofia_da_Educacao). Acesso em: 14 out. 2020.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo; FERREIRA, Lúcia Gracia. A matrícula como direito do estudante na Pandemia da Covid-19. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 1 -21, jan./mar. 2021. Disponível em:  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8029/5538>. Aceso em: 30 mar. 2021.

TORRICO, Tanya. Educação uma prática social. **O Repórter Regional**, [s. l.], 24 jul. 2019. Disponível em: <https://www.oreporterregional.com.br/noticia/3567/educaao-uma-pratica-social->. Acesso em: 10 out. 2020.

#### SOBRE AS AUTORAS:

**Juci Barros de Oliveira Cardoso** – Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), atuando na Educação Básica como Articuladora do Programa de Educação Integral (PROEI), no Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães/Vitória da Conquista-BA. Professora da Educação Básica. E-mail: [jucibocardoso@uol.com.br](mailto:jucibocardoso@uol.com.br)

**Ester Maria de Figueiredo Souza** – Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-doutorado pela Universidade de Brasília (UNB). Professora Plena da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), atuando nos cursos de Licenciatura em Letras, no Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, e no

Programa de Pós-graduação em Educação. Grupo de Pesquisa Linguagem e Educação E-mail:  
[efigueiredo@uesb.edu.br](mailto:efigueiredo@uesb.edu.br)